

# Na contramão da narrativa oficial: vozes dos familiares das vítimas dos Crimes de Maio de 2006

Raiane Assumpção\*, Valéria de Oliveira Silva\*\*,  
Aline Rocco Gomes\*\*\*

## Resumo:

Este artigo resulta da pesquisa *Violência de Estado no Brasil: um estudo dos crimes de maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da Justiça de Transição*<sup>1</sup>, que envolveu pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo e do Movimento Mães de Maio, em parceria com a Universidade de Oxford. Na contramão da cultura de impunidade no Brasil, responsável pelas violações dos direitos humanos, a investigação se concentrou na análise de sessenta casos (dentre os mais de quinhentos no estado de São Paulo) de jovens executados pela polícia militar na Região Metropolitana da Baixada Santista, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006. Aqui apresentamos as narrativas dos familiares das vítimas, as vozes dissonantes daqueles dias de dor.

**Palavras-chave:** Violência de Estado; *Crimes de Maio*; Mães de Maio; construção do conhecimento.

## Against the Official Narrative: Voices of the Families of Victims of the Crimes of May 2006

---

\*Doutora em Sociologia pela Unesp-Araraquara. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS, Santos-SP, Brasil; pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: raianeunifesp@gmail.com

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS, Santos-SP, Brasil; pesquisadora do CAAF da Unifesp. End. eletrônico: valeria.7oliveira@gmail.com

\*\*\* Assistente Social pela Unifesp; pesquisadora do CAAF da Unifesp, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: alinerocco@hotmail.com

<sup>1</sup> Pesquisa realizada por meio da colaboração institucional entre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o Centro Latino-Americano, Escola de Estudos Interdisciplinares e de Área da Universidade de Oxford, Inglaterra. Contou com o financiamento do Fundo Newton (Newton Fund), iniciativa do governo britânico operada pelo Conselho Britânico no Brasil para o desenvolvimento econômico e social por meio da ciência, da pesquisa e da tecnologia.

**Abstract:**

This article is the result of the research project *State Violence in Brazil: A Study of the Crimes of May 2006 from the Perspective of Forensic Anthropology and Transitional Justice*, which involved researchers from the Federal University of São Paulo and the Mothers of May Movement, in partnership with Oxford University. In opposition to the culture of impunity in Brazil, which is responsible for human rights violations, the investigation focuses on the analysis of sixty cases (among almost 500 in the state of São Paulo) of youths executed by the military police in the Baixada Santista region between the 12th and the 20th of May of 2006. Here, we present the context and narratives of the families of the victims: the dissonant voices of those days of pain.

**Keywords:** state violence; *Crimes of May*; Mothers of May; knowledge construction.

## Os crimes de maio de 2006

A noite de 12 de maio de 2006 ficou marcada como o início de uma espécie de “guerra urbana”. Naquela noite, foram registrados ataques a agentes e prédios públicos, seguidos por rebeliões nos presídios de algumas cidades paulistas. Estas ações sincronizadas, que deixaram edifícios depredados, ônibus incendiados e policiais mortos, foram atribuídas ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Em resposta, o governo do estado de São Paulo colocou nas ruas uma força-tarefa policial que, em pouco mais de uma semana, matou aproximadamente quinhentas pessoas. Este episódio ficou conhecido como crimes de maio de 2006 e configura-se como um dos maiores massacres cometidos pela violência de Estado no período pós-ditadura militar no Brasil. Naquele período, foram registrados cerca de 60 assassinatos somente na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)<sup>2</sup>.

Estas graves violações de direitos humanos foram denunciadas por diferentes organizações sociais. A maioria identificava como autores dos crimes os próprios agentes das forças de segurança do Estado de São Paulo (polícia militar), sem que, no entanto, houvesse procedimentos investigativos e jurídicos plausíveis. Neste contexto de impunidade, os familiares, sobretudo as mães das vítimas da região da Baixada Santista, criaram o *Movimento Independente Mães de Maio*. Surgia ali uma luta por justiça, que hoje completou doze anos.

[As mães] saíram à procura de respostas. Menos letradas que as homônimas argentinas, não sabiam por onde começar a busca. Para a maioria, não se tratava de encontrar o corpo, mas de apontar as causas e o nome do assassino que tombou o corpo. Cada mãe, cada familiar, sentia uma dor solitária e procurava respostas no isolamento causado, sobretudo, pelo desconforto da suspeita de que seus filhos fizessem parte de uma facção criminoso (Gonçalves, 2012, p. 137).

---

<sup>2</sup> A região metropolitana da Baixada Santista (RMBS) compreende 9 municípios: Santos, Cubatão, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

Mas as mães queriam encontrar respostas para as mortes de seus filhos. Sem organização alguma, sem refletir, se puseram em movimento. Por intuição, buscaram umas às outras. Como escreve Gonçalves, “num ato inconsciente, sua condição de mães proletárias e subproletárias, as arrastou para a cena política. Sem saber como proceder, por onde ir, começaram a peregrinação em busca de pistas sobre as razões da morte de seus filhos” (2012, p. 139). Porém, começaram a incomodar e as portas se fecharam, não eram acolhidas, não foram escutadas. No registro feito pelo Movimento, uma Mãe de Maio diz: “ninguém queria saber da nossa dor: delegacias, Ministério Público, vereadores... Ninguém. Corríamos de um lado para outro atrás de explicações: nossos filhos eram trabalhadores e estudantes. Eu sabia que a polícia tinha matado eles, alguém tinha que nos ajudar” (Mães de Maio, 2011, p. 25).

Aos poucos, foi ocorrendo uma aproximação do *Movimento* com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sobretudo com o campus Baixada Santista, cuja unidade central fica na cidade de Santos-SP, onde se encontra a maioria das participantes do Movimento. Além da localização, dois momentos foram fundamentais para este encontro: um seminário sobre Segurança Pública realizado nas dependências da universidade em 2012 e, no ano seguinte, as atividades que foram desencadeadas após o assassinato de Ricardo Ferreira Gama, um jovem trabalhador terceirizado do campus Baixada Santista que foi agredido e torturado pela polícia militar em seu horário de almoço durante sua jornada de trabalho; sendo executado por “encapuzados” em menos de 48 horas após a agressão.

Talvez pelo fato do episódio ser análogo aos de grupos de extermínio que atuaram em maio de 2006 (e que seguem agindo até os dias de hoje) ou talvez porque era preciso acolher a mãe do rapaz assassinado, houve uma intensificação das ações realizadas entre a Unifesp e as Mães de Maio. Um processo que contou com o envolvimento de diversos discentes, docentes, técnicos, projetos/ programas de extensão e, especialmente, do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da Unifesp-BS, que passou a ser mais atuante no que se refere à participação crítica da Universidade junto às lutas sociais e, sobretudo, no que diz respeito aos casos das vítimas da violência do Estado. Várias atividades mesclaram produção de conhecimento e ação política, na perspectiva do fortalecimento das lutas em torno da segurança pública e da violência de Estado, dos direitos humanos, da inserção da mulher na sociedade de classes, da redução da maioridade penal, do genocídio da população negra etc.

Estas ações possibilitaram o estreitamento de vínculos e maior atuação conjunta na busca por respostas para a principal causa que move o *Movimento Independente Mães de Maio*: ter acesso à verdade sobre os crimes de maio de 2006.

Desde o início do Movimento, as mães reivindicam o reconhecimento pelas autoridades de que houve violência de Estado, operada pelos agentes das forças de segurança (polícia militar). Elas também exigem a identificação, o julgamento e a punição dos autores dos crimes – do sujeito que assassinou aos responsáveis pela política pública de Segurança e de Justiça do estado de São Paulo. Uma reivindicação que se apoia no relatório da ONG Justiça Global e do IHRC, que para a maioria dos crimes, comprovou fortes indícios de execução sumária tanto nas mortes descritas como “homicídio com autoria desconhecida”, como nos homicídios praticados por policiais e registrados como “resistência seguida de morte” (Justiça Global e IHRC, 2011). Apesar destas constatações, os casos não foram investigados e permaneciam inconclusos.

### **A pesquisa sobre os *Crimes de Maio***

As diversas ações realizadas na parceria entre a universidade e o Movimento Mães de Maio culminaram na construção de um projeto com vistas a contribuir com a busca por respostas acerca dos crimes de maio. A pesquisa, realizada no âmbito da Antropologia e Arqueologia Forense, possibilita reconstruir graficamente os crimes (o contexto e a cena) a partir dos laudos existentes e também considerando as narrativas dos familiares. Embora muitos estudos tragam evidências que sugerem que as pessoas mortas nesses episódios foram assassinadas por agentes da força de segurança, os dados “são ainda insuficientes, e um refinamento destes pode ajudar a elucidar as circunstâncias dos crimes e trazer à tona a questão da responsabilização do Estado na investigação dos delitos e na condenação de seus executores” (Amadeo, 2018, p. 7). Neste sentido, a pesquisa contribuiria para superar a cultura de violação de direitos, o que implica “identificar a forma e os processos de violência empregados, apontar a autoria dos responsáveis e buscar formas legais de punição, de maneira que se leve justiça às famílias das vítimas e a toda a sociedade e, sobretudo, para frear a violência amparada pela certeza da impunidade” (Amadeo, 2018, p. 8).

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo, criado em 2014, com o objetivo de desenvolver pesquisa e formação acadêmica na área da Antropologia Forense, relacionadas à violação dos direitos humanos no Brasil<sup>3</sup>, tornou-se um importante instrumento para este e outros casos de violação de direitos humanos. Seu primeiro trabalho foi a participação no processo de identificação de mortos e desaparecidos políticos do

---

<sup>3</sup> Sobre a violência policial no Brasil, ver Mingardi (2015).

período da ditadura militar no Brasil<sup>4</sup>. O estudo visava a análise e identificação das ossadas exumadas da vala clandestina do Cemitério de Perus e fornecer subsídios para demonstrar que a violência cometida durante a ditadura militar continua em plena atividade, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos, e tem como alvo preferencial os jovens negros<sup>5</sup> habitantes destes territórios.

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (Cerqueira, 2018, p. 40).

Na sequência dos estudos realizados pelo CAAF envolvendo a violência de Estado e as violações de direitos humanos, a parceria Unifesp, Mães de Maio e Universidade de Oxford, com financiamento do Fundo Newton, possibilitou avançar por caminhos metodológicos até então ainda não explorados, tanto pelo CAAF como no que tange às ocorrências dos crimes de maio de 2006.

Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos para o início da investigação: 1) Análise bibliográfica e documental; 2) Mapeamento georreferenciado e análise da dinâmica espacial da violência de Estado no período; 3) Pesquisa do material midiático; 4) Narrativas dos familiares das vítimas e sobreviventes dos Crimes de Maio; 5) Criação de um protocolo de análise post mortem a partir de laudo pericial e boletim de ocorrência (Amadeo, 2018, p. 11-12).

Cada um destes procedimentos foi fundamental para ter uma visão mais ampla dos acontecimentos desde o dia 12 de maio de 2006. As análises, tanto das fontes bibliográfica e documental como do material midiático, permitiram identificar que houve uma narrativa oficial construída pelas autoridades da Segurança Pública e fortemente veiculada pelos grandes meios de comunicação

---

<sup>4</sup> Parceria entre Universidade Federal de São Paulo, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Cabe enfatizar que esta parceria foi precedida por um conjunto de iniciativas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura no Brasil que visavam dar continuidade ao processo de identificação de seus entes.

<sup>5</sup> O Mapa da Violência de 2016 demonstra que são os jovens negros os que mais morrem vítimas de arma de fogo no Brasil (Waiselfisz, 2016).

que afirmava que a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) havia coordenado vários ataques simultâneos contra agentes públicos<sup>6</sup>. A narrativa cuidou de explicar que a morte de membros da organização criminosa se deu posteriormente e resultaram dos enfrentamentos com as forças de segurança (Justiça Global e Internacional Human Rights Clinic, 2011).

O Secretário de Segurança Pública à época, incumbido da narrativa oficial do governo do estado, explicou ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) que se tratou de um ataque covarde do PCC não apenas aos policiais, mas a toda a sociedade. E era preciso dar uma resposta. Em sua conta, houve 92 criminosos mortos pela polícia porque estes teriam intencionalmente atirado nos policiais. E, segundo o Secretário, “em qualquer lugar do mundo, quem atira num policial corre o risco de morrer” (Condepe, 2013, p. 139).

Sobre o fato das vítimas serem jovens entre 11 e 31 anos, disse que “lamentavelmente, é um problema em todo o país” (Condepe, 2013, p.139). Sobre a quantidade de pessoas mortas, limitou-se a explicar que os policiais apenas contra-atacavam e se defendiam de pessoas de carro ou moto que passavam por uma delegacia e atiravam. Eles tentavam, segundo o Secretário, render os criminosos. Em defesa dos policiais, argumenta que é “ingênuo imaginar que todos os bandidos se rendem diante da voz de prisão, principalmente se estiverem armados. Eles atiram para matar, ao contrário da polícia, que atira em defesa da lei” (Condepe, 2013, p. 140).

Todavia, as análises de documentos, reportagens, relatórios dos crimes de maio, permitem chegar a conclusões distintas daquela versão oficial do governo do estado de São Paulo. Os ataques do PCC contra agentes públicos, entre os dias 12 e 14 de maio de 2006, deixou 43 pessoas mortas. Porém, a partir do dia 14 de maio percebe-se uma mudança e “as evidências indicam que houve uma decisão oficial de iniciar uma ação repressiva de resposta aos ataques” (Amadeo, 2018, p. 51). O resultado desta ação foi a chacina de cerca de 500 pessoas, a maioria jovens, negros, moradores das periferias pobres das grandes cidades do estado de São Paulo e sem vínculos com o crime organizado.

O alto número de pessoas mortas com fortes indícios de execução não foi suficiente para que os familiares dos mortos conseguissem respostas do Estado. Os questionamentos ao relato oficial também começavam a surgir na imprensa, “destacando a alta letalidade nas ações da polícia, a falta de informações sobre as circunstâncias das mortes, a negativa de entregar a lista das vítimas” (Amadeo,

---

<sup>6</sup> Uma análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006 pode ser encontrada em Cano e Alvadia (2008).

2018, p. 54). Os números de mortos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública não correspondiam ao que a imprensa passou a chamar de matança indiscriminada. Uma crise da segurança pública se instalou e foi criada uma Comissão Especial junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para apurar os homicídios ocorridos no estado. O resultado não foi exatamente uma novidade: as mortes registradas como homicídio de autoria desconhecida indicavam fortes indícios de execução e os homicídios reconhecidamente como praticados por policiais foram justificados como “resistência seguida de morte”.

Um dos resultados importantes desta Comissão foi o de apurar que 493 pessoas foram mortas por arma de fogo naqueles episódios de maio de 2006. Outro dado relevante foi a de que, ao contrário da justificativa de que foram mortas por terem resistido à prisão (o auto de resistência seguida de morte), o relatório da Comissão revelou que a “maioria dos disparos atingiu as vítimas em regiões de alta letalidade”, além disso, “a grande maioria das vítimas apresentava entradas de disparos com baixa dispersão, com pouca distância entre eles” e, por fim, “verificou-se um número muito elevado de disparos com direção ‘de cima para baixo’” (Amadeo, 2018, p. 57). A combinação destes fatores levou a Comissão a concluir que, diferentemente da versão oficial que justifica os assassinatos como resultados de confrontos e troca de tiros, houve execuções sumárias. O que fica ainda mais evidente com a contribuição que a pesquisa do CAAF recebeu da biomedicina e da física biomédica, cujo recurso à técnica da reconstrução em 3D possibilitou simular, a partir dos laudos necroscópicos, a trajetória dos projéteis nos corpos das vítimas. Apesar disso, a maioria dos casos continuou sem solução (Patini, 2017).

### **Vozes dissonantes daqueles dias de dor**

Uma das características pertinente da pesquisa realizada pelo CAAF consistiu no diálogo constante com os familiares das vítimas dos *Crimes de Maio*. Desde 2006, as Mães de Maio, como numa atualização do drama das Madres de La Plaza de Mayo, são as novas “loucas” que se põem à procura de respostas sobre o assassinato de seus filhos (Gonçalves, 2012). Desde aqueles dias de dor (Vianna; Farias, 2011) e daquelas cenas de terror de ver um filho morto, elas lançam suas vozes contra o silêncio ensurdecedor das autoridades públicas.

A pesquisa realizada pelo CAAF “se propôs a escutar essas outras vítimas dos *Crimes de Maio*, por meio de narrativas colhidas com o objetivo de compreender, a partir da experiência vivida por cada vítima e familiar, o significado social dessas violações” (Amadeo, 2018, p.7).

Como na pesquisa biográfica proposta por Delory-Momberger (2012), a atuação mais direta de alguns componentes da equipe de pesquisa, ao lado das participantes do Movimento Mães de Maio, possibilitou conhecer de forma en-

dógena a realidade complexa vivida por cada um dos familiares das vítimas de maio na região da Baixada Santista. Débora Maria, fundadora e uma das principais lideranças do Movimento Mães de Maio, compôs o grupo de pesquisa do CAAF e foi importante para o desenvolvimento das diferentes etapas da pesquisa, mas sua atuação foi central no momento da escuta dos familiares das vítimas de maio.

O caminho investigativo adotado pela pesquisa foram os processos movidos por familiares solicitando “Incidente de Deslocação de Competência”, isto é, a federalização dos casos, o que os retiraria da competência do estado de São Paulo; a denúncia feita junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos; os boletins de ocorrência; os laudos do IML; os inquéritos policiais; as denúncias e queixas registradas na Ouvidoria da Polícia e Ministério Público; além de recorrer a uma lista de informações do próprio Movimento Independente Mães de Maio<sup>7</sup>. Todas estas fontes possibilitaram o acesso aos nomes e endereços das pessoas envolvidas, chegando a um número de sessenta famílias de vítimas na região da Baixada Santista.

Um dos grandes desafios desta etapa do trabalho foi o de estabelecer o primeiro contato com os familiares e explicitar o propósito da pesquisa, com vistas a fomentar uma relação de confiança para a coleta dos relatos sobre a experiência vivida naqueles dias em que ocorreram os crimes de maio de 2006. O desafio seguinte, que não foi mais fácil, consistiu em coletar depoimentos minuciosos sobre a vivência de cada família, o que não raras vezes foram momentos de lembranças dolorosas de um passado que não está morto ou que nem passado é ainda (Pinheiro, 1995).

Para o contato com cada um dos familiares e a realização da coleta de depoimentos para a posterior elaboração das narrativas<sup>8</sup>, a equipe da pesquisa de campo foi composta por dois representantes da universidade e uma representação do movimento social. Esses grupos de trabalho de campo garantiram a interlocução com os familiares durante o decorrer da investigação, como também no período pregresso, nos desdobramentos a partir da divulgação do relatório final.

Para o desenvolvimento do trabalho de campo, os casos dos crimes de maio de 2006 na RMBS foram divididos em duas listas: a primeira com endereço de familiares que participaram e/ou participam do Movimento Mães de Maio, contendo 9 casos<sup>9</sup>; a segunda com endereço de familiares de vítimas que não se

---

<sup>7</sup> Em especial a partir de dois livros. Ver Mães de Maio (2011; 2012).

<sup>8</sup> Sobre a importância da narrativa, consultar Lefevre; Lefevre (2003) e Jovchelovich (2002).

<sup>9</sup> O trabalho de campo permitiu o contato com 15 familiares que participaram e/ou participam do Movimento Mães de Maio; sendo 9 pertencentes aos crimes de maio de 2006 e 6 de crimes ocorridos nos anos subsequentes – 2007, 2012, 2013 e 2015 (foram coletados 4 depoimentos de mães de vítimas dos anos posteriores).



envolveram com as atividades do movimento, com 51 casos. Conforme Amadeo (2018, p. 201), dos familiares que já participaram ou participam do *Movimento Mães de Maio*, foram colhidos 5 depoimentos referentes aos crimes de maio de 2006, pois algumas mães se encontravam em processo de adoecimento<sup>10</sup> por depressão grave ou em consequência dela, uma faleceu, outra mudou de endereço (e não pode ser localizada), uma outra não concordou em conceder um depoimento.

Dos familiares das vítimas que não tiveram envolvimento com o movimento<sup>11</sup> – lista composta por 51 nomes – foram localizados 35 endereços, sendo possível contatar 18 famílias. Deste número, somente 4 famílias concordaram em conceder relatos sobre os crimes e algumas questionaram o contato, com tal solicitação, após 10 anos<sup>12</sup> do ocorrido. Os demais familiares preferiram não falar sobre o assunto, alegando diversos motivos, dentre eles o medo de retaliação e a perseguição, pois, em muitos casos, os familiares conhecem os executores das vítimas e vice-versa, como também convivem no mesmo bairro. Nos casos em que não foi possível localizar o familiar no endereço obtido<sup>13</sup>, houve conversas com a vizinhança para saber sobre a família.

Assim, foram nove vezes que, a partir da sua experiência e da compreensão que possuem sobre a mesma, permitiram colocar em evidência olhares e vozes dissonantes sobre os crimes de maio de 2006.

No primeiro contato/encontro foi apresentado o objetivo da pesquisa e a metodologia de trabalho, incluindo o significado do relato dos familiares para a construção dos dados e reconstrução dos argumentos explicativos sobre os crimes de maio de 2006. A coleta dos depoimentos – que posteriormente foram elaborados no formato de narrativas – foi realizada no segundo encontro, condicionado à disposição dos familiares, que narraram sobre a história de vida da vítima e sobre as suas percepções, indagações e afirmações em relação ao episódio que levou à morte o(a) ente e as consequências decorrentes desses crimes. Ao término de cada relato o(a)s pesquisadore(a)s tiveram a oportunidade de dialogar com o(a) familiar sobre outras informações, que foram registradas no diário de campo e serviram para ampliar as descrições dos fatos relatados. O terceiro encontro teve o objetivo de apresentar a narrativa construída pelo(a)s pesquisadore(a)s a partir do relato dos sujeitos e obter a aprovação do narrador<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre o impacto da violência na saúde de familiares de vítimas, ver o estudo de Vieira et al. (2011).

<sup>11</sup> Muitas famílias não tinham conhecimento da luta organizada pelo movimento.

<sup>12</sup> No período em que teve início o trabalho de campo da referida pesquisa fazia 10 anos que ocorrera os crimes de maio de 2006.

<sup>13</sup> Alguns familiares de vítimas deixaram o local por medo de novos ataques após os crimes de maio

<sup>14</sup> O(a)s narradore(a)s assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi solicitada a autorização para a gravação em áudio.

O(a)s pesquisadore(a)s encontraram as famílias, na maioria dos casos, em situação de grande vulnerabilidade social, considerando que as vítimas eram pessoas empobrecidas e moradore(a)s de periferias ou regiões socioeconomicamente “pobres”. Os relatos expressam agravamento após a perda da vítima dos crimes de maio que, majoritariamente, era responsável por prover o sustento financeiro da família. Afirmam que as vidas de familiares, em especial das mães, se tornaram adoecidas e tristes, pois o(a)s filho(a)s assassinado(a)s eram jovens e sonhavam em alcançar uma vida melhor, tanto para si quanto para sua família. Discorrem que as vidas interrompidas pela ação arbitrária e truculenta da polícia é motivo de revolta e de muitos questionamentos, pois os casos apenas entraram para as estatísticas – sendo apenas mais um número.

Em todas as narrativas, é evidente a permanente negação de justiça: não houve investigação condizente com a gravidade dos crimes, os processos foram arquivados precocemente sem identificação dos responsáveis e com a ausência de respostas coerentes; portanto, não houve julgamento. Além disso, os familiares descrevem situações de ameaças, intimidação, humilhação e criminalização por parte de agentes do Estado, inclusive durante o velório das vítimas e nas audiências e consultas posteriores. Narraram experiências de muito sofrimento, de total negligência e abandono por parte dos órgãos que deveriam garantir o acesso à justiça.

Os relatos apontam ocorrências que evidenciam uma ação de extermínio: as vítimas foram mortas com grande quantidade de disparos que atingiram regiões letais (cabeça e tronco) e, na maioria dos casos, efetuados pelas costas e a curta distância. Afirmam existir testemunhas que atestam que os disparos foram feitos por grupos de encapuzados ou veículos sem identificação; que houve o respaldo de policiais fardados ou cobertura do serviço de socorro, como também a manipulação do local do crime para dificultar ou impedir a investigação posterior. Declaram, ainda, que os boletins de ocorrência (B.O's) foram feitos, em sua maioria, pelos policiais sem conhecimento das famílias, de maneira que não constam maiores informações, tampouco evidências ou testemunhos<sup>15</sup>, deliberadamente justificando a descontinuidade de investigação.

Apesar de toda a dor, o(a)s familiares que forneceram os relatos e não compõem o movimento preferem manter o anonimato, pois ainda residem no mesmo local da época em que ocorreram os crimes. Deram sua contribuição ao rememorar os fatos, os sentimentos e as percepções sobre o ocorrido, mas afirmam não acreditarem que a justiça possa acontecer.

---

<sup>15</sup> Segundo consta nos B.O's, em muitos casos os próprios policiais depuseram como testemunhas.

No entanto, o(a)s familiares contatado(a)s, de modo particular mulheres, mães e “donas de casa”, que se envolveram no movimento, reconhecem e atuam em um processo de organização, mobilização e procedimentos cotidianos de acolhimento, orientação e acompanhamento (conversas e protocolos de documentos em delegacias, instâncias e departamentos da segurança pública, do poder judiciário, executivo e legislativo) para requerer, minimamente, uma ação processual de investigação e respostas aos crimes praticados. Afirmam que o envolvimento com o movimento possibilita, ao menos, um acompanhamento dos casos e a busca permanente por respostas<sup>16</sup>.

As informações contidas nos relatos, transformados em narrativas à luz da documentação já coletada, passaram a ser fonte de dados para a reconstrução da história e de outra interpretação sobre os Crimes de Maio de 2006.

Concluída a pesquisa, reconhecida como pertinente pelo(a)s familiares e pela comunidade acadêmica, com dados e argumentos significativos, o desafio atual é de colocar o conhecimento produzido como contribuição para as denúncias realizadas pelo *Movimento Independente Mães de Maio* contra o Estado brasileiro; bem como fomentar a construção de políticas públicas que cessem as mortes pelas forças de Estado, como também que apresentem respostas para as necessidades dos que vivem a dor e as consequências da perda, como o adoecimento dos familiares, levando até mesmo a morte, de modo especial, das mães das vítimas.

### **O saber construído sobre os crimes de maio de 2006 a partir *da práxis* entre a academia o movimento popular**

Os resultados da pesquisa possibilitaram uma interpretação sobre os crimes de maio de 2006 na RMBS que reitera o seu caráter de crime de execução de civis e a ausência de investigações qualificadas para a identificação e o julgamento dos responsáveis. Foi identificado um “modo de operar” que demonstra a existência de uma violência de Estado, produzida e legitimada extraoficialmente.

Entre os componentes desse “modo de operar”, podemos citar:

a) Definição das vítimas - perfil:

- As pessoas assassinadas foram, em sua grande maioria, homens jovens (entre 19 e 29 anos)<sup>17</sup>;

---

<sup>16</sup> Detalhes sobre a Denúncia feita pelos familiares contra a República Federativa do Brasil, em decorrência dos crimes de maio de 2006, por violação aos direitos humanos das vítimas à vida, à integridade pessoal, à liberdade e segurança pessoais, às garantias judiciais e à proteção judicial, assegurados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

<sup>17</sup> Corresponde ao perfil das vítimas de homicídios no estado de São Paulo e no Brasil, conforme dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Lima; Bueno, 2017).

- Moradoras de regiões periféricas ou centro antigo das cidades da região metropolitana da Baixada Santista (RMBS);
- Compunham famílias que dependiam do auxílio financeiro das vítimas (que ocupavam funções de menor qualificação e baixos salários) ou famílias chefiadas por mães trabalhadoras (trabalho doméstico ou informal);
- A maioria das vítimas estudou até o Ensino Fundamental (algumas com o Ensino Médio incompleto); no entanto, apresentavam o desejo de alcançar melhores condições de vida através do trabalho ou da continuidade dos estudos. Essa informação contrasta com as apresentadas nos B.O's que, em muitos casos, identificaram as vítimas como “desocupadas” – denominação que gerou a desqualificação e até mesmo a criminalização dos sujeitos e seus familiares;
- As vítimas, em sua maioria, possuíam um histórico de perseguição, intimidação ou situação forjada por policiais, com posterior comprovação de inocência.

b) Modo de execução das vítimas:

- A maior incidência de casos ocorreu no Guarujá (2º distrito do Departamento de Polícia do Guarujá), seguida de Santos (5º distrito do Departamento de Polícia de Santos) e São Vicente (2º distrito do Departamento de Polícia de São Vicente) – regiões periféricas das cidades e centro antigo do município de Santos;
- O local do crime e/ou a vítima foram definidos a priori – em sua maioria, próximos de morros, favelas e cortiços; em regiões onde a renda salarial correspondia a dois salários mínimos ou menos;
- Com homicídios no período noturno e início da madrugada – entre 19h e 3h;
- Execuções feitas por encapuzados ou veículos sem identificação;
- As vítimas foram atingidas por grande quantidade de disparos (média de 4,81); em regiões de alta letalidade (em 77% das vítimas, 32% dos disparos foram na cabeça e 30% no tórax) e, na maioria dos casos, efetuados pelas costas e a curta distância.

c) Quanto às provas dos crimes:

- Houve a adulteração da cena do crime e/ou destruição de provas que pudessem incriminar os responsáveis. Na maioria dos casos os corpos

foram removidos e levados ao Pronto Socorro pelos próprios policiais, em grande parte acionados pela cobertura do serviço de saúde. No entanto, quando os familiares solicitaram o acesso ao controle dos atendimentos nos dias dos crimes de maio de 2006 foi alegado pelo órgão responsável que o mesmo se encontrava inoperante;

- Quanto aos B.O's, muitos foram feitos pelos policiais sem conhecimento das famílias<sup>18</sup>, de maneira que não constam maiores informações, tampouco evidências ou testemunhas<sup>19</sup>, deliberadamente justificando a descontinuidade de investigação.

d) A dificuldade do acesso à Justiça:

- Negligência na investigação na fase policial<sup>20</sup> com o descaso em recolher elementos de prova, como fitas de monitoramento e exame de balística;
- Precariedade nos registros e procedimentos, desinteresse na elaboração dos inquéritos policiais;
- O uso do argumento da ausência de provas para a não investigação dos crimes. Em alguns casos foram preservados os projéteis para posterior análise pericial, no entanto as investigações não foram adiante;
- Solicitação à família que apresente provas e testemunhas;
- Escassez de apoio jurídico para acompanhar as investigações – quando houve andamento ou qualquer possibilidade de resposta ao processo, ocorreu a transferência/mudança de profissional responsável, seja na delegacia, no fórum, na Defensoria Pública do Estado e em outros órgãos responsáveis pelas investigações;
- Precoce arquivamento dos processos;
- A impunidade dos responsáveis.

Na atuação conjunta com o movimento social e o do trabalho de campo foi possível obter informações e constatar a permanência da violência de Estado

---

<sup>18</sup> Informações extraídas especialmente dos B.O's de Marcos Rebello Filho; Fernando Alves de Oliveira; Ana Paula Gonzaga dos Santos; Eddie Joey de Oliveira; Fabiano Ribeiro Barbosa e Emerson Godoi Maciel.

<sup>19</sup> Segundo consta nos B.O's, em muitos casos os próprios policiais depuseram como testemunhas.

<sup>20</sup> Conforme dispõe o Art. 144 (...). § 4º, CF – “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”; e artigo 6º do Código de Processo Penal, que prevê atos a serem realizados pela autoridade policial.

por meio desse “modo de operar”. O contato e a obtenção de depoimento dos familiares de vítimas dos crimes ocorridos após maio de 2006 na RMBS – em 2007, 2010, 2013 e 2015 – reiteraram os elementos que compõem e ratificam a dinâmica da violência de Estado no Brasil na atualidade. É uma violência específica em relação à população pobre e da periferia, com a execução<sup>21</sup> de pessoas (em sua maioria, homens e negros)<sup>22</sup>.

As famílias vítimas de violência de Estado, além de terem que lidar com a dor da perda de seus entes, convive com o descaso e a criminalização das vítimas por parte dos órgãos do Estado responsáveis pelas investigações. A elas são negadas informações sobre o ocorrido e o acesso aos procedimentos judiciais, o que demonstra a invisibilidade e a situação de injustiça.

Humilhação, ironias, ameaças, perseguição, calúnia foram sentimentos e situações relatadas pelos familiares, de modo especial às mães, que buscam a verdade sobre a execução de seus filhos. Foi possível constatar que a morte das vítimas gerou nas famílias maior empobrecimento – devido às vítimas contribuírem materialmente para a sobrevivência da família –, como também, processos de adoecimento, com sequelas psicológicas e físicas; que em alguns casos, levaram até à morte.

Diante desse quadro, a pesquisa realizada cumpriu um papel importante para o movimento e para os familiares: a de dar visibilidade às narrativas e às suas lutas, que transformam sua dor privada em causa pública, para que as histórias de seus filhos explicitassem as omissões e a ação violenta do Estado brasileiro, de modo específico em relação à população pobre, jovem, negra e da periferia dos centros urbanos. Para a universidade, por sua vez, a produção do conhecimento *com e em* diálogo com o movimento social – em especial o saber popular decorrente das lutas sociais –, ainda bastante tímida e pouco reconhecida, promove reflexões e provocações em relação a sua própria essência e lugar social – a Universidade concebida como espaço produtor do conhecimento.

A experiência vivida nesta pesquisa expressa o avanço no processo construído, como também o produto do conhecimento gerado na perspectiva do

---

<sup>21</sup> A execução é comprovada pelo número de tiros e pela parte do corpo atingida; pela forma como é realizado o socorro das vítimas; como ocorre o processo de investigação e o trâmite jurídico, como também o uso do discurso que culpabiliza as vítimas.

<sup>22</sup> No Brasil, os problemas sociais sempre foram tratados como caso de polícia. O Estado, que se apresenta como garantidor do bem comum, é o mesmo que criminaliza a pobreza e, no mesmo processo, naturaliza a violência. Para o filósofo André Tosel, esta forma de agir funciona como “um meio de repolitização repressiva que tende a limitar e neutralizar como violência bárbara qualquer ação de contestação da ordem estabelecida” (Tosel, 2009 *apud* Gonçalves, 2012, p. 138). É como uma ação violenta preventiva para garantir que tudo funcione na mais perfeita ordem para a classe dominante.

reconhecimento dos sujeitos e do acesso à justiça. Seus resultados tiveram implicações acadêmicas, sociais, institucionais e afetivas para os sujeitos envolvidos. Algo que só foi possível porque houve, desde o início, a exigência de romper com a hierarquização dos saberes e a imposição das métricas da produção do conhecimento. Também foi necessário reconhecer e dialogar, de forma respeitosa e crítica, com os diversos conhecimentos existentes e produzidos na sociedade. Buscou-se produzir um processo – composto por convivências, práticas, reflexões, debates e produção de conhecimento – que rompesse com o mero discurso acadêmico para construir uma experiência que fosse referência para a luta do(a)s familiares, para o(a)s acadêmico(a)s com comprometimento com os sujeitos pesquisados, e as transformações necessárias para que a universidade se mantenha como instituição socialmente referenciada para aquele(a)s que lutam pelo reconhecimento e humanização dos sujeitos, pelos direitos, pela justiça e pela equidade.

## Referências

- AMADEO, Javier et al. (coord.). *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição*. Relatório Final. Unifesp, 2018. Disponível em [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio\\_final\\_2.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf) Acesso em 03 Mai. 2018.
- CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto (orgs.) *Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, LAV/UERJ, 2008.
- CERQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2018.
- CONSELHO de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. *Relatório sobre os Crimes de Maio de 2006*. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-c.e-crimes-de-maio>. Acesso em 21 Abr. 2018.
- CONSELHO Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE. *Crimes de Maio*. São Paulo, 2006. Disponível em [http://www.observatorio-deseguranca.org/files/Ataquespcc\\_](http://www.observatorio-deseguranca.org/files/Ataquespcc_). Acesso em 21 Abr. 2018.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; PASSEGGI, Maria da Conceição (orgs.). *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica*. Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012.

- GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, 2012.
- JOVCHELOVICH, Sandra. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, Georges. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JUSTIÇA GLOBAL e INTERNACIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. *São Paulo sob acharque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006*. São Paulo, 2011.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017)*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf). Acesso em 12 Mar. 2018.
- MÃES DE MAIO. *Mães de Maio: Mães do cárcere – a periferia grita*. São Paulo: Nós por nós, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Do luto à luta: Mães de Maio*. São Paulo: Nós por nós, 2011.
- MINGARDI, Guaracy. Apresentação. In: KUCINSKI, Bernardo et al. *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015 (e-book).
- PATINI, Daniel. Crimes de Maio de 2006 completam 11 anos sem solução. *Comunicação Unifesp*. 23 mai. 2017. Disponível em <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/2765-crimes-de-maio-de-2006-completam-11-anos-sem-solucao>. Acesso em 21 Abr. 2018.
- PINHEIRO, Paulo S. O passado não está morto: nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN, Gilberto (org.). *Democracia em pedaços*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, 2011.
- VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 5, Rio de Janeiro, 2009.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo (2016). *Mapa da violência 2016. Homicídios por arma de fogo*. Brasília: Flacso, p. 68-72.